

Superior Tribunal de Justiça

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.417 - DF (2019/0269009-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
IMPETRANTE : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO MINIST DAS
COMUNICACOES
ADVOGADOS : RODRIGO ALBUQUERQUE DE VICTOR - DF022050
DIEGO SOARES PEREIRA - DF034123
IMPETRADO : MINISTRO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
INTERES. : UNIÃO

DESPACHO

Cuida-se de mandado de segurança impetrado pela Associação dos Servidores do Ministério das Comunicações – ASMC, que indica, como autoridade impetrada, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, a quem atribuem responsabilidade, por omissão, pela falta de resposta requerimento protocolizado em outubro de 2018.

Argumenta a Associação que, *"na verdade, pretende-se, com o ajuizamento desta ação, obter-se em juízo a correção de distorções existentes no pagamento da Retribuição por Titulação e Gratificação de Qualificação aos servidores oriundos do Ministério das Comunicações, atualmente em exercício no MCTIC, conforme previsão legal (arts. 18-A e 18-B, da Lei Federal n. 11.344, de 08 de setembro de 2006, c/c/ art. 27 da lei Federal n. 8.691, de 28 de julho de 1993), decorrentes: (a) da ilegalidade na fixação dos critérios adotados no pagamento; e, (b) do tratamento diferenciado entre servidores públicos federais, que desempenham as mesmas funções dentro de um mesmo órgão e não têm acesso às duas vantagens remuneratórias"* (fl. 6).

Custas recolhidas (fls. 101/103).

Representação regular (fl. 84).

Não há pedido para concessão de liminar.

Tratando-se de impetração contra ato omissivo, presume-se observado o prazo decadencial previsto no art. 23 da lei de regência, pelo que deve ser admitida para processamento.

Notifique-se a autoridade apontada como coatora, remetendo-lhe cópia da

Superior Tribunal de Justiça

inicial e dos documentos que a acompanham para que, no prazo de dez dias, preste as informações (art. 7º, inciso I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se, ainda, o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, nos termos inciso II do art. 7º da Lei 12.016/2009, com o envio de cópia da petição inicial, sem documentos, para, querendo, ingressar no feito.

Tão logo recebidas as informações, dê-se vista ao Ministério Público Federal, para efeitos do disposto no art. 12 da Lei n. 12.016/2009.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

